

# ESTUDO DE CASO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO\*

Lia Fukui  
do CERU

Vou começar minha exposição citando, um pouco ao acaso, fragmentos de notícias veiculadas pela grande imprensa sobre o assassinato da estudante Silmarya numa escola da Zona Norte paulista, que está relacionado com o tema deste simpósio. Essas notícias, além de servir de introdução, são motivadoras e desencadeadoras de nossa reflexão.

## ESTUDANTE BALEADA MORRE E TEM ÓRGÃOS DOADOS

*Silmarya foi baleada no pátio da Escola Estadual de 1º e 2º Graus (...) O agressor, Clodoaldo Juvêncio da Hora, estudou naquela escola até a 5ª série, mas teve sua matrícula rejeitada no ano passado por ser violento e não respeitar colegas e funcionários. (...)*

*No final da tarde, cerca de 50 pessoas — entre pais, professores e funcionários — foram à Secretaria da Educação do Estado, no centro, para solicitar segurança e ref. ma da escola. Essa comissão foi chefiada pela diretora da escola. (O Estado de S. Paulo, 11 jun. 1991)*

## FLEURY QUER CONTRATAR 5 MIL PMs PARA ESCOLAS

### *Escola começa reforma amanhã*

*O governador Luiz Antonio Fleury, 42, anunciou ontem um novo plano de segurança para as escolas estaduais da Grande São Paulo. Serão criadas 5 mil*

*vagas para PMs aposentados, que atuarão como vigias em 2.255 escolas durante o horário de aulas.*

*O salário ainda não está definido. Segundo Fleury, a partir de hoje os 1.944 policiais que fazem a ronda escolar serão deslocados para as 112 escolas que estão em situação crítica de segurança. (Folha de São Paulo, 13 jun. 1991)*

## ESCOLA DE SILMARYA VOLTA ÀS AULAS COM 50% DE FREQUÊNCIA

### *Irmãos de ladrão estão com medo*

*Dois dos irmãos do assaltante ..... estão com medo de voltar a frequentar as aulas da escola. Clayton, de 15 anos, aluno da 8ª série e Claudete, de 16, aluna da 5ª série, estudam no período noturno e temem sofrer represálias por parte dos colegas.*

*"Não acredito na possibilidade de vingança, mas prefiro que eles fiquem em casa, por enquanto, para evitar comentários dos outros alunos" disse a mãe dos estudantes...(...) Membro da Igreja Pentecostal "A Voz do Salvador", Valdéria, de 42 anos, tem oito filhos, dos quais mais quatro são alunos da escola onde Silmarya estudava. Robson, de 10 anos, e Agda, de 8, estudam no período da manhã e se queixavam dos comentários dos colegas ao retornarem às aulas na segunda-feira. "Eles são crianças e não têm culpa do que aconteceu" disse Valdéria. "O Clodoaldo já pagou pelo seu crime" acrescentou. Três dias depois de*

\* Esta comunicação resume resultados de pesquisa desenvolvida para a FDE — Fundação para o Desenvolvimento da Educação, sob a coordenação da autora (1991).

ser preso, Clodoaldo foi morto por outros detentos do 16º Distrito Policial.

Casada com o motorista Vitor Juvêncio, de 46 anos, aposentado por invalidez depois de perder um braço num acidente de carro há 10 anos, Valdéria vive com a família numa casa de quatro cômodos a menos de 100 metros da escola. "Se tivéssemos dinheiro, gostaria de mudar de bairro e apagar o passado" confessou. (*O Estado de S. Paulo*, 19 jun. 1991)

O caso de Silmarya não é o único. No mesmo período, as manchetes de jornal eram as seguintes:

### **MENINOS SE ARMAM PARA FREQUENTAR AULAS**

(*O Estado de S. Paulo*, 16 jun. 1991, Polícia, p.22)

### **ESCOLAS TÊM PREJUÍZO DE Cr\$ 7,6 MIL COM ASSALTO**

(*Folha de São Paulo*, 16 jun. 1991, Cotidiano, p.4)

### **MENINA LEVA TIRO NA PORTA DA ESCOLA E TEM PARALISIA**

(*Folha de São Paulo*, 14 ago. 1991, Manchete de 1ª página)

### **MENINA SOFRE ESTUPRO EM ESCOLA POLICIADA**

(*O Estado de S. Paulo*, 15 ago. 1991, Geral, p.22)

### **SEGURANÇA: O NOVO BÊ-A-BÁ DAS ESCOLAS. REDE PÚBLICA PEDE POLÍCIA ESPECIALIZADA**

(*Jornal da Tarde*, 21 ago. 1991, Cidade, p.20)

### **GRUPO DE MÃES FISCALIZA O ENSINO PÚBLICO...**

(*O Estado de S. Paulo*, 22 ago. 1991, Geral, p.14)

Ao ler o noticiário, ouvi-lo pelo rádio ou assisti-lo pela televisão, somos tomados por um sentimento de perplexidade e confusão. Se, por um lado, as autoridades afirmam estar tomando providências, estas parecem insuficientes para impedir que a insegurança se instale nas escolas. Apesar dos alarmes, os furtos continuam. Crianças se armam. Há tiros trocados dentro e nos arredores da escola, numa onda de violência incompreensível para o leitor mais desavisado.

As imagens violentas da mídia chocam-se com a experiência escolar de anos atrás, em que a escola era um lugar abrigado e seguro, onde ações agressivas ocorriam e eram sancionadas por regulamentos, conselhos de classe e reuniões de professores. Ato de violência eram inexistentes. Esta imagem sem violência, de alguma forma, encontra respaldo na mídia, hoje em dia, na visão idílica da escola na novela *Carrossel*, que nos leva a "fazer de conta" e viver em

um mundo idealizado que se contrapõe ao mundo real e violento do noticiário.

Uma avaliação crítica e questionadora da produção da notícia permite construir uma imagem um pouco mais diversificada da violência nas escolas. Podemos distinguir, por exemplo, duas categorias de delitos: os furtos e roubos, que atingem o patrimônio da escola; e as agressões, que atingem diretamente a pessoa. Embora as vítimas sejam sempre os escolares, notamos que são diversos os lugares em que ocorre a violência: no pátio, num canto escuro e mal iluminado, na porta da escola ou na via pública.

Os agressores são também diferenciados; um ex-aluno, um trabalhador, um bando de malfeitores. E são várias as reações do público: pais, professores e funcionários dirigem-se em passeata à Secretaria da Educação para solicitar mais segurança e reforma na escola; um agressor é morto no 16º Distrito Policial, três dias depois de preso; um outro é preso em flagrante; um terceiro encontra-se foragido. Dentre todas essas conseqüências da ação violenta numa escola, é pertinente a postura da mãe que afirma "Clodoaldo já pagou pelo seu crime", mas teme sanções a seus quatro filhos que frequentam a escola.

A partir do noticiário podemos exemplificar o tema deste simpósio, A Produção da Exclusão Social: violência e educação. Mas é com base em estudos e na reflexão mais cuidada que podemos ter uma visão mais ordenada e coerente da questão, para contrapor às imagens da mídia uma melhor apreensão do problema e o encaminhamento de ações construtivas que nos tirem da perplexidade e do imobilismo.

## **A SEGURANÇA NAS ESCOLAS**

No final de 1990 fomos solicitados por Maria Helena Rachid, da Gerência de Pesquisa Aplicada da FDE — Fundação para o Desenvolvimento da Educação, a fazer um estudo de caso sobre a segurança nas escolas públicas estaduais da Grande São Paulo. As considerações que apresentamos nesta comunicação são baseadas no texto final daquele trabalho, já publicado pela FDE (1991)<sup>1</sup>.

A indagação que norteou a realização do estudo foi: o que é segurança? Segurança para quê? Segurança para quem?

Como se caracteriza, ainda que em linhas gerais, a questão da segurança nas escolas? Para responder a essa pergunta a FDE enviou questionários mensais às escolas estaduais da região metropolitana, pedindo informações sobre ocorrências em suas unidades. Dentre as escolas que responderam, no mês de agosto de 1990, foram obtidos dados a respeito da quan-

<sup>1</sup> A equipe técnica responsável pelo projeto foi: Lia Fukui (coordenadora), Helofsa C. Moreira, José Luiz B. de Carvalho, Márcia R. Zenber, Maria Alice Vassimon, Maria Ângela Noronha Serpa, Maria Cristina Machado Costa, Maria de Fátima H. Huschalk, Sérgio Adorno, Sérgio Moliterno, Stela Regina Fava.

tidade e do tipo mais freqüente das ocorrências. Segundo aquele levantamento, cerca de 20 a 23% das escolas da rede em todas as regiões da Grande São Paulo são afetadas por problemas de segurança. Isso mostra, de um lado, a generalidade do problema; e, de outro, que esses dados se aproximam da PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, segundo os quais as escolas constituem o segundo local de ocorrência de agressões, depois das vias públicas.

Um dado importante a ser destacado é o de que a agressão à pessoa é mais freqüente do que a depredação do patrimônio em toda a rede escolar, embora a capital apresente uma maior variedade de ocorrências do que a Grande São Paulo.

Outras conclusões do relatório que merecem destaque são: as escolas ficam mais desprotegidas à noite, quando não têm atividade; e o maior número de ocorrências se dá, em primeiro lugar, na Grande São Paulo, e em segundo na Capital.

Três escolas foram escolhidas como unidades de estudo para a pesquisa, que utilizou como técnicas a discussão em grupo e a dramatização — ou vivência — com os professores e os funcionários administrativos. Todas as três atendem uma clientela de baixa renda, da classe trabalhadora, com situações igualmente precárias de habitação, saúde e emprego. Duas localizam-se na periferia da Grande São Paulo: Diadema, Osasco e a de Campo Limpo, na periferia da Capital.

As três escolas estão sujeitas ao que um estudo da Fundação SEADE (1989) denominou "congestionamento": estão superlotadas, abrigando um grande número de alunos. A escola de Diadema tem aproximadamente 2.300 alunos; a de Campo Limpo, 1.180; e a de Osasco, 1.150. Todas funcionam em regime de mais de três turnos e atendem às populações de um grande número de bairros da periferia.

Outra característica comum a essas escolas é a relação entre funcionários administrativos estáveis ou efetivos e professores, que ora são efetivos, ora são contratados em caráter temporário ou como estagiários. Em Diadema há 15 funcionários administrativos estáveis, com vários anos de serviço na casa, o mesmo acontecendo com os 13 funcionários de Campo Limpo e os 16 de Osasco. Já no quadro de professores a situação das três escolas diverge bastante: Diadema tem um quadro de 67 professores (seis efetivos, mas apenas um trabalhando, estando os demais em licença, e 66 contratados em caráter temporário). A diretora está nesta escola há nove anos. Em Campo Limpo, do total de 56 professores, 35 são temporários ou estagiários, o que significa que apenas um terço do corpo docente é efetivo ou estável. A diretora desta escola está afastada. Em Osasco, a situação funcional é um pouco melhor: dos 47 professores, 27 são efetivos.

Nesta situação de instabilidade de professores e relativa estabilidade dos funcionários administrativos na escola é que se verifica que, na realidade, quem detém a cultura da escola, sua história e suas peculiaridades são os funcionários, e não os professores.

A terceira característica comum a essas escolas é o estado precário de suas instalações. Todas apresentam necessidade urgente de reparos em muros, janelas, banheiros etc. Tal situação se explica, em parte, pelo desgaste normal do material escolar no fim do período letivo e, em parte, pela depredação de que são vítimas as escolas nos fins de semana ou quando estão sem atividade.

Em alguns aspectos, porém, as escolas apresentam grandes diferenças, o que permite estabelecer uma gradação de problemas e questões que cada uma delas enfrenta. Elas diferem, por exemplo, em sua história.

A de Diadema foi criada em 1977, e a situação de instabilidade do seu corpo docente não permitiu que se fizesse um levantamento mais preciso de sua história. Criada em 1976, a escola de Campo Limpo tem um corpo docente estável, com alguns professores morando no próprio bairro. Isso propicia uma continuidade de contato com a clientela. A escola de Osasco, criada em 1965, tem tradição, uma história bem documentada e uma clientela cujos pais também já foram seus alunos, o que lhe assegura maior possibilidade de organização.

Do ponto de vista da organização, as três escolas se caracterizam da seguinte forma: a de Diadema, por ser uma escola com diretor, mas sem corpo docente estável; a de Campo Limpo por ter parte do corpo docente estável, mas não ter diretor efetivo, sendo dirigida por uma funcionária administrativa; e a de Osasco, por ter corpo docente estável e diretor efetivo.

Um outro aspecto a ser assinalado é o de que, apesar da precariedade das condições materiais e das lacunas existentes nos quadros de funcionários, essas escolas implementam de maneira diversa suas organizações auxiliares, tais como Associação de Pais e Mestres — APM, Conselho de Escola e Grêmio. As APMs funcionam em todas elas de maneira incipiente; arrecadando fundos, em Diadema; e promovendo festas, em Campo Limpo e Osasco. Só existe Grêmio funcionando regularmente no curso noturno em Diadema. E o Conselho de Escola — órgão criado para promover uma maior participação e um melhor entrosamento entre os elementos da escola, dividindo responsabilidades e diversificando as formas de gestão para haver maior democratização — funciona de maneira incipiente nas três escolas: em Diadema, tem caráter deliberativo; já em Campo Limpo e Osasco tem caráter consultivo. Na realidade, há falta de informações sobre as organizações auxiliares das escolas, o papel que desempenham e seu âmbito de atuação. Assim, a escola de Diadema — onde são mais precárias as condições materiais e de funcionamento — é a que tem Grêmio e Conselho funcionando regularmente. Lá também houve uma manifestação dos professores junto à SABESP — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo para resolver o problema de abastecimento d'água, que obteve ótimos resultados.

Embora funcionando precariamente, com quadros de pessoal incompletos, funcionários sobrecarregados

de funções e professores contratados em caráter temporário, estas escolas dispõem de pessoal mobilizável e interessado em participar de trabalhos de grupo, em refletir sobre as condições operacionais da escola e, sobretudo, em pensar em conjunto formas de ação práticas que possam tornar melhores suas condições de trabalho. Vejamos agora como ocorreram as questões de segurança.

As medidas relativas à segurança nas escolas compreendem duas áreas básicas: as que se referem à preservação do patrimônio e dos bens materiais e as que se relacionam com a proteção das pessoas. Como vimos anteriormente nos dados numéricos, as mais freqüentes são as agressões às pessoas, embora as que causem maiores prejuízos ao patrimônio público sejam as depredações.

### Depredações

Nesse tipo de atos de agressão cabe distinguir aqueles diretamente ligados ao uso e ao desgaste de materiais e instalações. As escolas são um espaço onde circula um grande número de pessoas — adultos e crianças — e, portanto, seus equipamentos e edificações sofrem desgaste natural. No entanto, as depredações também compreendem ações de outra natureza, como quebra de louças de instalações sanitárias, furto de torneiras, lâmpadas e até mesmo de portas e divisórias. Essas ações não podem ser consideradas como decorrentes do desgaste de material, mas como atos de vandalismo. Nas escolas, alguns dos pontos mais vulneráveis à depredação costumam ser os muros — principalmente quando estão em estado precário — e a iluminação de pátios, corredores e áreas de recreação.

A FDE vem empreendendo uma ação preventiva de caráter educativo voltada para a manutenção e a conservação das escolas públicas estaduais. A necessidade de difundir o conceito de "bem público" entre os usuários da escola torna-se a cada dia mais urgente e de primordial importância. Nesse sentido, uma das medidas que poderiam ser tomadas seria a divulgação dos custos e outros prejuízos causados por essas depredações. Este seria um meio de informar os usuários, conscientizando-os sobre o quanto danificam o patrimônio que deveria ser de seu próprio interesse conservar.

### Invasões

As invasões parecem ser o núcleo da questão da segurança nas escolas. Pôde-se verificar que esses atos são diferenciados, e cada um deles está associado a problemas específicos da unidade escolar. Assim, podem ser caracterizados os seguintes tipos:

**Invasão de alunos** — Os próprios alunos denominam-se "alunos insistentes". São aqueles que, embora tenham abandonado os estudos, ainda estão matriculados e vão à escola para desfrutar de um mínimo

de convívio social. Querem jogar bola, participar de algumas atividades, namorar, encontrar os amigos. Fazem algazarra, perturbam as aulas, marcam sua presença de maneira muito forte, prejudicando o funcionamento da rotina escolar. Esses alunos fazem parte do contingente de evadidos da escola e que poderiam ser, de alguma forma, readaptados ou reintegrados ao trabalho escolar. Da ação educativa dirigida a eles poderia resultar uma melhor manutenção do patrimônio e uma sensível diminuição das depredações.

**Invasão pela população do bairro** — Ocorre muito mais por uma indefinição de espaços da escola e pela facilidade de acesso do que por intenção de depredação ou ação agressiva. Um exemplo disso é a invasão do terreno pela população do bairro de Campo Limpo para chegar ao ponto de ônibus.

**Invasão para ações violentas** — Os atos de violência desse tipo (assaltos a mão armada, agressões, ameaças, lesões corporais) raramente ocorrem no interior da escola, mas sim em seus arredores, e exigem ação policial porque são casos de segurança pública. Quando ocorrem em seu interior, os relatos mostram que os professores, de alguma forma, dão conta da situação, seja enfrentando o agressor, seja contando com a ajuda dos demais alunos e funcionários. É bom lembrar que o bom relacionamento entre escola e clientela proporciona uma certa garantia de seu funcionamento e de sua segurança. É o que Magnani (1984) chama "a lei do pedaço", que vigora na periferia das grandes cidades. Um acordo tácito entre os moradores protege a população de uma determinada área da ação dos maus elementos (muitas vezes conhecidos pela população local) que passam a agir fora do bairro. É assim que, de alguma forma, prevalece a "lei do pedaço". A maior ou menor presença dos chamados "bandidos" numa determinada área deveria despertar ações mobilizadoras da própria população no sentido de se resguardar e proteger. Nesse sentido, o maior entrosamento da escola com sua clientela poderia ser um eficaz canal de prevenção de ações violentas no bairro.

**Invasão pela polícia ou pelo judiciário** — Segundo relatos das vivências, os professores sentiram-se muito constrangidos quando um juiz entrou nas salas de aula de uma escola para revistar alunos. Neste caso houve uma nítida invasão de área por parte da autoridade. A escola é um espaço de ação do diretor, assim como a sala de aula é um espaço de autoridade do professor. A polícia e o representante do Poder Judiciário exorbitaram em sua ação, na medida em que, sem licença, invadiram a esfera de autoridade do diretor e dos professores.

Em todos esses casos, uma definição clara de papéis e de possíveis ações educativas poderia contribuir de maneira efetiva para prevenir ações violentas no âmbito da escola.

Façamos agora um breve exame das medidas de segurança adotadas e seus efeitos sobre os corpos docente e discente.

## As medidas adotadas

Desde 1982, a questão da segurança vem sendo considerada como um dos mais sérios problemas para as escolas públicas estaduais. Para resolvê-lo, passaram a ser adotadas, progressivamente, medidas como a elaboração de programas e a criação de comissões de estudo. Muros mais altos, grades nas janelas e portas separando as áreas de trabalho dos espaços de lazer parecem ter sido as providências mais frequentes. No entanto, questões simples, como a iluminação adequada para ocupação de um espaço ocioso existente na escola, ainda parecem ser de difícil solução em determinadas situações em que há precariedade de material.

A instalação de zeladorias tem sido outra medida adotada pela Secretaria da Educação. No entanto, muitas vezes são localizadas em áreas não adequadas, de onde não se tem uma visão ampla da escola. Além disso, nem sempre a escola dispõe de instalações e espaço apropriado para moradia de um zelador e sua família. Os baixos salários, associados ao despreparo desses funcionários, parecem ter concorrido para a ineficiência de tal medida. Um vigia noturno que permanecesse na escola durante a madrugada poderia ser mais eficiente do que um zelador que se recolhe à noite em sua casa, nada sabendo do que se passa no âmbito da unidade escolar. Deve-se lembrar também que as formas de contratação originaram uma série de questões trabalhistas difíceis de serem resolvidas no âmbito dessa unidade, que é pública.

Também a contratação de um policial para exercer sua atividade no interior da escola, ao que parece, não surtiu os efeitos desejados. Em primeiro lugar, porque não houve treinamento adequado, pois a adaptação de um profissional de segurança a esse ambiente, onde deve coibir ações agressivas, exige preparo. Como afirma uma diretora, quando o policial atende os interesses da direção, não atende os dos alunos — e vice-versa. Tudo indica que a atuação dos policiais tem sido inadequada pelo fato de não perceberem qual é o seu papel. E quando o exercem, agem como se estivessem enfrentando bandidos e não alunos de uma "boa" instituição.

A atuação policial fora do âmbito escolar parece ser a medida adequada, pois garante a ordem pública e, também, o funcionamento da escola em sua rotina e normalidade.

A análise do quadro de medidas adotadas e dos problemas de segurança apresentados indica que a questão da segurança nas escolas passa muito mais pela figura do professor, de sua ação educativa e sua atuação como formador de opinião do que propriamente pela atuação de profissionais da segurança pública.

## A ESCOLA QUE TEMOS

A análise dos relatos de vivências nas três escolas permite avançar considerações sobre as condições

atuais do ensino estadual de 1º e 2º graus. Para isso vamos focar "a escola que temos" e a "escola que queremos".

A escola que temos apresenta algumas características contraditórias que marcam significativamente o seu perfil. A primeira delas seria uma relação entre o congestionamento das escolas e a evasão de alunos, com o aparecimento da figura do "aluno insistente". As escolas de periferia estão superlotadas; as classes são numerosas; os turnos se acumulam, causando superposição de tarefas e a extrema precariedade das atividades pedagógicas. Esse atendimento diferenciado ao aluno e às suas dificuldades específicas seria um dos principais fatores responsáveis pela evasão. Alunos menos preparados, com problemas de disciplina ou de adaptação à rotina escolar, tenderiam a abandonar os estudos, mas não a abandonar a escola, que aparece como uma das únicas alternativas de encontro de jovens. É nesse contexto que surge a figura do "aluno insistente" — aquele que, durante as aulas, fica principalmente na porta da sala de aula ou, então, perambulando pelos corredores, pelos arredores da escola ou pelos pátios, onde desenvolve atividades paralelas, perturbando o andamento das aulas e dificultando o trabalho de inspetores. Isso porque a escola nada tem a propor a essa população flutuante, que ocupa tanto suas instalações nas horas de atividade como fora delas. A disciplina formal de sala de aula não atinge esses alunos e, fora dela, nada é previsto para ocupá-los ou mesmo diferenciá-los dos colegas que freqüentam regularmente a escola.

A dificuldade de distinguir os que são ou não alunos é outro problema comum na escola. Desde 1984, quando foram abolidos os aventais e as carteirinhas de estudante, a população escolar perdeu uma de suas marcas de identificação social. Livros e cadernos na mão, a "carteirinha" de estudante e o avental branco identificavam, de alguma forma, os estudantes em meio à população jovem. Assim como a carteira de trabalho, a carteira de estudante é um documento diferenciador em uma população pauperizada. Com a sua extinção, nada distingue os alunos dos não alunos, na escola pública. Daí as invasões.

Essa pauperização, que ocorre também entre os professores, elimina os traços indicativos dos diferentes papéis sociais no âmbito da escola: professor, inspetor, alunos, todos estão igualmente pauperizados e indiferenciados. Nesse sentido, entende-se — embora não se justifique — a dificuldade do policial, na escola, em distinguir estudantes de maus elementos, tratando todos igualmente como bandidos.

Um terceiro problema é o que resulta da concepção do espaço na escola e do aproveitamento efetivo que dele se faz atualmente. A escola é concebida, em sua edificação, como um espaço de vivência social. Terrenos amplos, boa localização e quadra de esportes caracterizam as construções, prevendo-se que ali poderiam ocorrer inúmeras atividades: festas cívicas,

encontros de APM, comemorações e reuniões de todo o tipo. A própria organização e o regimento escolar estabelecem — de comum acordo com as APMs, com o Conselho e com o Grêmio — que estas atividades são desejadas, uma vez que constituem complemento necessário às atividades em sala de aula. Na realidade, porém, a pauperização, a falta de recursos e o quadro incompleto de funcionários e professores levam a escola a restringir suas atividades apenas ao ensino propriamente dito. Nesse sentido, prevalece a idéia de que ela é meramente transmissora de conhecimentos. Os professores têm um programa a cumprir, e toda a rotina escolar é desenvolvida apenas para as atividades em sala de aula. E as noções de disciplina limitam-se a garantir essas atividades. No entanto, os espaços ociosos e desocupados da escola, os pátios mal-iluminados e as quadras esportivas malconservadas são ocupados de maneira caótica, perturbando o trabalho em sala de aula, sem que nada possa ser feito para controlar os alunos nessas áreas que viram "terra de ninguém" e ficam expostas a depredações. Não há bem público que possa ser preservado quando a situação de todo o conjunto de edificações da escola se encontra em completo estado de abandono.

Um quarto problema é o que decorre da insuficiência de quadros, tanto administrativo como docente. No que se refere aos professores, vimos que, em uma das escolas analisadas, 98% eram contratados em caráter temporário, e que, mesmo na escola de corpo docente mais estável, cerca de 47% eram contratados em caráter temporário. Trata-se, portanto, de uma população flutuante, com pouco tempo de trabalho na unidade escolar, que não tem possibilidade de participar da história da instituição, de modo a nela influir permanentemente.

Em contrapartida, os funcionários administrativos em geral são estáveis. Sobrecarregados de trabalho e de funções — inclusive exercendo papéis de direção informal — são eles que detêm a cultura da escola, têm maior influência sobre os alunos e mantêm operacionais as funções burocráticas — pelo menos na medida em que a sobrecarga de trabalho o permite. Chega-se, assim, a uma contradição instalada como resultado do pauperismo a que chegou a escola pública: de um lado, professores ocupados apenas com a transmissão da informação; de outro, funcionários administrativos arcando com a cultura da escola.

Finalmente, chegamos aos problemas de ordem pedagógica. Em geral, os professores encontram-se mal-informados e mal-preparados para o exercício de suas funções. Mesmo assim, demonstraram preocupação em se atualizar e em se reciclar. Essas possibilidades de reciclagem e de acesso ao material didático existem no âmbito da rede de ensino. As Oficinas Pedagógicas instaladas junto às DREs — Delegacias Regionais de Ensino e o material didático publicado pela FDE, por exemplo, são teoricamente acessíveis a toda a rede pública estadual.

No entanto, o fluxo de informação apresenta certos pontos de estrangulamento que dificultam o acesso de tais informações ao conjunto da rede. Os professores demonstraram interesse e afirmaram que a recuperação de sua imagem profissional exige, necessariamente, maior aperfeiçoamento e reciclagem periódica.

Há possibilidade de mobilização e recuperação dos profissionais de ensino. Mas resta saber qual é realmente a percentagem, no corpo docente, do que chamamos "maioria silenciosa", que não só permanece indiferente como até mesmo solapa as medidas de mobilização e mudança nas ações pedagógicas.

## A ESCOLA QUE QUEREMOS

O conjunto de propostas apresentadas pelos professores e pelo pessoal administrativo durante os trabalhos de grupo realizados nas três unidades escolares permite afirmar que, quando indagados sobre seus problemas, funcionários e professores são capazes de enunciar propostas e encaminhar soluções adequadas às suas necessidades. Segundo eles, para o bom funcionamento da escola são necessárias medidas simples, que melhorariam a qualidade do serviço oferecido, tais como:

- Equacionar o número necessário de funcionários por escola, preenchendo-se os quadros de acordo com essa necessidade. Isso evitaria problemas como a sobreposição de funções e a confusão de papéis, situação que vigora atualmente nas escolas.
- Estabelecer ações de caráter permanente que levassem à discussão dos problemas e envolvessem a clientela, professores e funcionários na questão da segurança. Seriam medidas de caráter preventivo como, por exemplo, solicitação de ronda policial nos arredores da escola e convocação de associações de amigos de bairro e demais entidades civis para discutir a questão da segurança na escola e no bairro.
- Criar serviços específicos relativos à segurança, que contariam com o apoio de comissões, isto é, formas de representatividade da clientela da escola junto às autoridades de segurança. Casos de violência que exigem ação policial deveriam contar com a responsabilidade e a representatividade do conjunto de pais e professores. Maiores informações sobre o Juizado de Pequenas Causas, por exemplo, mostrariam como certas situações de depredação, feitas por estranhos à escola, poderiam ter uma ação efetiva, reparatória e eficaz; e restabelecer a credibilidade da ação da Justiça em causas públicas — ainda que de pequeno porte, mas de longo alcance — junto à população seria uma atitude no mínimo interessante, contrapondo uma ação rápida à morosidade da justiça comum.
- A mobilização de professores e da clientela no sentido de desenvolver uma ação conjunta para que a escola seja protegida pelos próprios usuários, partindo, para isso, do pressuposto que a instituição desempenha um papel de maior importância em nossa

sociedade. A unidade escolar é um bem público, e é do interesse da maioria mantê-la em bom funcionamento. Nesse sentido, campanhas de mobilização da população do bairro e a discussão do bem público seriam o ponto de partida para desencadear ações diferenciadas e efetivas, vindas da própria população, com o objetivo de assegurar maior proteção a esse patrimônio.

• Ações específicas junto ao professorado, propondo reciclagem periódica em conteúdos programáticos, planos de carreira e uma discussão do perfil e da trajetória da categoria ao longo das últimas décadas, no sentido de restabelecer a credibilidade da profissão. Essa reivindicação, que apareceu como uma expectativa dos professores nas vivências, poderia ser atendida também por uma campanha nos meios de comunicação de massa. Os órgãos de imprensa têm veiculado, sistematicamente, notícias que são, no mínimo, desmobilizadoras, dando ênfase aos atos de depredação e violência, sem apontar alternativas ou possibilidades de reação a tais situações. Não se trata de negar a questão da segurança, pelo contrário: deve-se discuti-la amplamente, tendo em vista suas consequências e a partir da necessidade de a população ser co-responsável pelas linhas de atuação a serem efetivadas. Caberia mostrar à população exemplos de experiências bem-sucedidas, apontar as possibilidades de atuação em cada caso, sem ficar no nível superficial de medidas genéricas e centralizadoras. Caberia a cada escola decidir qual a segurança que quer, como instalá-la em sua unidade e quais as responsabilidades coletivas contidas em cada proposta.

Ainda no conjunto das medidas a serem efetivadas, cabe dar continuidade ao trabalho nas escolas onde foram efetuadas as vivências. Prosseguir no trabalho com o conjunto de professores e funcionários, tendo em cada uma dessas unidades uma visão das ações possíveis propostas tanto por seu corpo docente como por seu pessoal administrativo.

Cabe, ainda, avaliar como o bairro e a clientela vêem a escola, como podem contribuir para sua melhoria e quais as formas de participação possíveis. Nesse sentido, as organizações auxiliares — como o Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres — são embriões de uma participação efetiva que ainda não foi suficientemente implementada, mas que faz parte da organização possível de cada unidade escolar.

## PRIORIDADES/PROBLEMAS

Tanto na “escola que temos” como na “escola que queremos” existem problemas prementes que estão a exigir soluções imediatas, entre as quais se destacam:

- equacionar o problema do congestionamento, base de insegurança, distúrbio de qualquer ação educativa mais efetiva;
- estabelecer prioridades de atendimento nas escolas mais depredadas e com maior necessidade de ação preventiva;

- implantar um plano de atendimento às questões de segurança, ouvindo a própria população das escolas que, assim, poderá ser mobilizada e ter uma atuação efetiva na prevenção de problemas;

- detectar pontos de estrangulamento no funcionamento da escola, equacioná-los e estabelecer ações no sentido de resolvê-los e preveni-los;

- ocupar o espaço da escola com atividades de lazer oferecidas à população jovem, tomando o cuidado de não sobrecarregar o diretor com essas tarefas, mas dividindo a responsabilidade com as associações civis existentes no bairro;

- conscientizar a população de que uma escola reformada exige maior responsabilidade por parte do usuário, que deverá zelar por sua preservação e manutenção, uma vez que se trata de um patrimônio público que reflete a imagem da própria clientela perante o bairro.

## O DUPLO CONCEITO DE SEGURANÇA

Os relatórios dos grupos de trabalho nas unidades escolares mostraram que a segurança pode ser entendida no nível grupal e no individual. No primeiro caso, são opções de caráter institucional que procuram garantir o livre trânsito, o livre exercício da cidadania. No segundo, são características pessoais que colocam a segurança como uma postura do indivíduo no que diz respeito a seu modo de vida, suas condições de trabalho, seus direitos.

No nível institucional verificamos, pelos depoimentos, que existe um duplo conceito de segurança nas escolas. Um primeiro, que tenta lidar com ações agressivas resolvendo conflitos, colocando diferenças de interesses, reconhecendo oposições, ao mesmo tempo em que procura atuar com equilíbrio, encarando as questões como parte de uma atividade rotineira da escola e, portanto, passíveis de negociação e de soluções pedagógicas. Nessa situação de segurança o que se coloca como grande desafio é a eficácia da ação educativa.

O segundo conceito de segurança é aquele que diz respeito à manutenção da ordem pública e tem caráter repressivo. É claro que um assalto a mão armada ou um roubo de grande porte — ocorridos dentro ou fora da escola — exigem medidas repressivas e profissionais especializados para lidar com a questão. Trata-se, porém, de distinguir qual o âmbito de interferência da ação policial. É importante ressaltar que as depredações nas escolas nem sempre são frutos de violência. Elas podem configurar uma atitude de protesto contra o descaso das autoridades educacionais em relação à escola pública.

Os depoimentos revelaram que pouco adianta a presença do policial na escola para lidar com uma população indiferenciada, que é tratada como delinquente ou marginal. A ação do professor — que é capaz de lidar com seus alunos e com a clientela escolar numa relação de equidade — parece ser muito mais

eficaz e produtiva do que a presença do policial. Isso nos leva a sugerir que, em vez de treinar policiais, seria desejável qualificar melhor o professor para que possa desempenhar com mais eficiência seu papel e suas funções, delineando de maneira explícita o alcance e os limites de sua atuação dentro e fora da escola.

Ao se analisar a questão da segurança nas escolas, é indispensável considerar que ela faz parte dos problemas de segurança numa sociedade com crescentes índices de criminalidade. Assim, o debate sobre segurança nas escolas pode vir a ser um instrumento mobilizador da clientela no sentido de que sejam discutidas e adotadas ações preventivas de segurança no próprio bairro, envolvendo entidades civis que desenvolvam ações separadas e conjuntas capazes de assegurar tanto a segurança da escola como da população do bairro em geral.

## RECOMENDAÇÕES

Considerando que a segurança tem de ser abordada em seus dois aspectos — o de ação agressiva e o de ação violenta — apresentamos a seguir um conjunto de recomendações que surgiram nos grupos de trabalhos realizados nas escolas:

- de ordem material:

equipar a escola com material necessário para seu funcionamento;

restaurar banheiros, muros, grades, iluminação, portas, janelas, carteiras, pintura e instalações em geral.

- de ordem pessoal:

preencher os quadros de funcionários;

estabelecer projetos para reciclagem dos professores.

- de ordem preventiva:

estabelecer ações contínuas e permanentes para atuar preventivamente nos momentos em que a clientela ou a escola se tornam mais vulneráveis (período noturno, fins de semana etc.).

- no âmbito dos meios de comunicação de massa:

fazer uma análise de como a mídia tem veiculado a questão de segurança nas escolas e, com base nesses estudos, elaborar os temas para uma campanha educativa.

## SEGURANÇA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL

Levando-se em consideração o estado de pobreza e a precariedade das condições de vida na periferia de São Paulo, cabe perguntar se o problema de que tratamos é a melhoria ou simplesmente a implantação da segurança nas escolas estaduais de São Paulo.

As análises quantitativas e qualitativas, aliadas ao conjunto de propostas apresentadas neste trabalho, têm por fundamento a participação — compreendendo

participação como "um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder" (Bordenave, 1983). Nessa participação tem-se como interlocutores os representantes do poder público, na área educacional, os corpos docente, discente e administrativo das escolas e a população dos bairros.

Numa política educacional que tem por base a participação, cabe ao Estado o papel de regulador, mediador e moderador, aceitando as diferenças, as oposições e o próprio conflito como parte construtiva da vida em sociedade. Esse papel do Estado fundamenta-se numa noção de direito e cidadania assegurados pela Constituição.

A forma de atuação em uma política educacional participativa compreende negociação, autonomia, descentralização e pluralidade, entendendo-se negociação como o reconhecimento dos interlocutores e do conflito de interesses das partes: pais/professores; alunos/professores; professores/direção; escola/bairro etc; autonomia, como a possibilidade de uma escola escolher o tipo de segurança que quer e arcar com seus limites, possibilidades e implicações; descentralização, como a adoção de medidas genéricas e apenas de caráter indicativo, deixando para a unidade escolar a liberdade de escolha; e pluralidade, como a diversificação e a existência de vários modelos e medidas de segurança, segundo a especificidade de cada unidade escolar.

A análise do tema segurança nas escolas públicas estaduais levou-nos à reflexão de que "a escola que temos", apesar de seus aspectos contraditórios, atende à maioria da população jovem. Este é um aspecto da democratização ocorrida nas três últimas décadas com a expansão da rede pública de ensino de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus. É impossível negar que a democratização acarretou uma perda de qualidade e de credibilidade da instituição escolar, sendo a questão de segurança um dos exemplos que mostram o grau de pauperização e abandono em que se encontram as escolas. Não obstante, a luta por mais escolas e por melhor qualidade de ensino é uma reivindicação constante da sociedade. Acreditamos que a grande dívida do Poder Público com a sociedade é o ressarcimento da credibilidade desta instituição, lembrando que ressarcimento supõe uma ação viva e enérgica, um ato de vontade que não se limita apenas a recuperar, mas também a acrescentar e dar novas significações ao serviço público de ensino e aprendizagem.

O caso de Silmarya, que descrevemos no início dessa exposição, dá margem a várias leituras e interpretações. Constatamos que a mídia tratou o tema de forma individualizada, enfatizando a doação de órgãos e ignorando a questão da segurança nas escolas. O Governo do Estado propôs a contratação de PMs aposentados para policiarem as escolas. A população se organizou pedindo justiça e a reforma de escolas. Os protagonistas tiveram ambos o mesmo destino trágico: foram assassinados. Não se trata apenas de exclusão social, mas de exclusão da vida.

Retomando o tema deste simpósio, lembramos que nossa tarefa é procurar entender de que forma o processo de exclusão social que ocorre no âmbito

do sistema escolar contribui para o aumento da desigualdade social e para o descrédito da escola e do exercício da cidadania. E levantamos a seguinte ques-

tão: Podem os educadores propor ações construtivas, que revertam a situação de exclusão e desigualdade social no cotidiano da escola?

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BORDENAVE, Juan E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos)
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ESCOLA de Silmaria volta às aulas com 50% de frequência. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 jun. 1991. Seção Policial, p.14.
- ESTUDANTE baleada morre e tem órgãos doados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1991, Seção Policial, p.12.
- FERREIRA, Rosa M. Fischer. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes; CEDEC, 1985.
- FLEURY quer contratar 5 mil PMs para escolas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1991, Cad. Cotidiano, Seção Polícia, p.8.
- FUKUI, Lia (coord.) *Segurança nas escolas estaduais da Grande São Paulo: um estudo de caso*. São Paulo: FDE, 1991.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Participação político-social, 1988: Brasil e grandes regiões*. v.1. Rio de Janeiro, 1990.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Regiões homogêneas: um estudo da situação educacional no Estado de São Paulo; relatório interno*. São Paulo, 1989.
- MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço: cultura e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- 

# A SOCIALIZAÇÃO INCOMPLETA: OS JOVENS DELINQUENTES EXPULSOS DA ESCOLA\*

Sérgio Adorno

do Núcleo de Estudos da Violência  
e Departamento de Sociologia/USP

Nos últimos vinte anos, as administrações públicas das grandes cidades brasileiras vêm se mostrando incapazes de debelar seus principais problemas. Aqui e acolá acumulam-se insatisfações de todas as ordens, que tornam a vida coletiva nas grandes metrópoles insuportável. Não é necessário ativar a imaginação para listar os problemas que habitam com frequência as conversas nas ruas, nos bares, nos escritórios, nas fábricas, as tomadas de cena da mídia impressa e eletrônica, os debates acadêmicos: baixa

oferta e precariedade das habitações; insuficiência de transportes coletivos; má conservação dos serviços urbanos públicos, trânsito violento e congestionamento a qualquer hora do dia tornando a circulação de pessoas morosa e dispendiosa; indicadores alarmantes de qualidade do ar, de poluição sonora e de rios; surtos epidêmicos de doenças (para as quais já existem paradoxalmente recursos preventivos de larga aceitação); falência da rede de atendimento médico clínico e hospitalar públicos, enchentes com graves

---

\* Esta comunicação resume temas desenvolvidos anteriormente em texto preparado pelo autor para uma coletânea italiana (1991b) e sua versão brasileira (1991a).